



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDA

ETIQUETA

DATA

Projeto de Lei nº PL 5082/2009

6

TIPO

1 ☐ - SUBSTITUTIVO 2 ☐ - SUBSTITUTIVO 3 ☒ - MODIFICATIVO 4 ☐ - ADITIVO 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

AUTOR

Nº PRONTUÁRIO

Deputado Pedro Fernandes

SO

Modifique-se o § 1º do artigo 4º, conforme a seguir

Art. 4º – (...)

§ 1º Nos procedimentos de transação tributária, deverão ser observados, obrigatoriamente, o histórico fiscal, a forma de cumprimento de obrigações tributárias e a situação econômica do contribuinte.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda suprime a expressão “a adoção de critérios de boa governança” da redação original.

A expressão suprimida tem caráter subjetivo, o que pode afastar a aplicação correta do instituto da transação. A bem do instituto da vinculação legal e da necessária explicitação dos conceitos utilizados, a lei deve necessariamente explicitar o que seriam os “critérios de boa governança”. Não é o que ocorre se for mantida esta expressão o que implicaria, também, em grande prejuízo à aplicação objetiva da Lei.

Maior clareza também se faz necessária porque a matéria diz respeito a um bem público indisponível, qual seja, o crédito tributário. Por esta razão, o entendimento do seriam os assim chamados “critérios de boa governança” não pode ser eivado de discricionariedade. Isto certamente ocorrerá caso este entendimento seja deixado ao sabor da interpretação da autoridade administrativa, como pretende a redação original.

Observe-se que, em se tratando da elaboração de uma legislação tão precisa e objetiva quanto possível restringindo ao máximo os espaços para interpretações subjetivas. Qualquer interpretação da lei deve ser plenamente vinculada ao que nela está previsto ou definido. Logo, decisões e interpretações não podem ser deixadas ao sabor da conveniência e da oportunidade. O agente público deve agir sempre em busca de se atender o interesse público da coletividade, sem qualquer discricionariedade.